

Jornal do Engenheiro Agrônomo

ANO 43, Julho/Agosto de 2013, nº 272

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT



Entrevista

Marcos Fava Neves, ele desponta como uma das jovens lideranças do agro | Pág 10

Destaque

As perspectivas do seguro agrícola no Brasil | Pág 06



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Associações de
Engenheiros Agrônomos do Brasil

Presidente Angelo Petto Neto

angelo.petto.neto@gmail.com

1º vice José Antonio Piedade

japiedade@ig.com.br | piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Henrique Mazotini

henrique.mazotini@andav.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho Figueiredo

anikka@lexxa.com.br

2º secretário Andrea Cristiane Sanches

andrea_sanches@uol.com.br

1º tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira

aenda@aenda.org.br

2º tesoureiro Celso Roberto Panzani

celso@cati.sp.gov.br

Diretor André Amosti

andre_amosti@hotmail.com

Diretora Francisca Ramos de Queiroz

nfr_queiroz@hotmail.com

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez

glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior

nmatheus2@uol.com.br

Diretor Pedro Shiguero Katayama

pedrokatayama@bol.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

Suplentes: André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, René de Paula Posso



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto, e Tulio Teixeira de Oliveira.

Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

redacaojea@aeasp.org.br/aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@certacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

Caros colegas, ao iniciar este editorial expresso minha satisfação por termos ganhado mais uma batalha em prol dos engenheiros agrônomos. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara Federal, rejeitou o Projeto de Lei 3423/12, que autoriza os biólogos a exercerem a responsabilidade técnica pela produção, análise, beneficiamento e embalagem de sementes.



Foto: Divulgação

A AEASP se posicionou contrária a esse PL desde o início e apoiou todas as iniciativas para barrar o avanço do projeto que, se aprovado, poderia representar um risco à qualidade das sementes produzidas e comercializadas no País, uma vez que o engenheiro agrônomo é o profissional melhor qualificado para exercer tarefa de tal relevância.

Acreditamos piamente no potencial de nossa categoria e não estamos sozinhos. Este mês, entrevistamos o jovem engenheiro agrônomo Marcos Fava Neves, que se destaca como um dos pensadores do agronegócio no País. Na opinião dele, dos muitos profissionais que compõem a cadeia produtiva do agro, nós somos os mais preparados para atuar em todas as frentes e aproveitar as oportunidades que esse setor oferece.

No agronegócio, um dos segmentos em desenvolvimento é o de seguros rural. Há muito por fazer e um potencial enorme a ser explorado nessa área, onde o engenheiro agrônomo pode oferecer grande contribuição. Na nossa matéria de capa desta edição falamos das novidades e dos desafios para ampliar esse mercado.

No mês de Julho participei, entre outros, de dois eventos de grande importância para a Agronomia. Estive na V Jornada Nacional Fitossanitária, organizada pela Federação Argentina de Engenharia Agrônoma (FADIA) e pelo Centro de Engenheiros Agrônomos de Mendoza. Dentro deste evento, aconteceu a 6ª Reunião da Região do Cone Sul da Associação Panamericana de Engenheiros Agrônomos (APIA), onde, por estar vice-presidente da região, sou o responsável por ela. Pela primeira vez, aconteceu uma reunião com a presença de todos os países da região: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil. O México, como país convidado, participou com a presença do presidente e secretário da APIA. Mais uma vez tive uma ótima acolhida dos irmãos argentinos. As discussões, tanto na Jornada como na Reunião, foram de alto nível e com a conclusão de que temos muito em comum e precisamos nos unir para o bem da agronomia.

Estive também em Recife, na cerimônia de Instalação da Academia de Ciência Agrônoma, dirigida pelo jovem colega de 93 anos, Dr. Eudes de Souza Leão Pinto. Situação como essa vivida em Recife aliada àquelas que vivemos no nosso Estado com a presença de outro jovem colega de 98 anos, Dr. Fernando Penteado Cardoso, me motivam a trabalhar arduamente pelo engrandecimento da Agronomia.

O excelente time de articulistas que enriquece o JEA com seus pontos de vista, ganhou um reforço extra este mês. Um conhecido defensor da produção rural, Fábio Meirelles, nos escreve sobre as mudanças no Código Florestal.

Eng. Agrônomo Angelo Petto Neto



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930

Site: www.aeasp.org.br

redacaojea@aeasp.org.br/aeasp@aeasp.org.br

Tudo sobre os solos brasileiros

O pesquisador, Hélio do Prado, do Instituto Agronômico (IAC), de Campinas, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é um dos cinquenta profissionais da área de Pedologia do Brasil. Ele é autor do livro "Pedologia Fácil: Aplicações em solos tropicais", que exemplifica a caracterização física, morfológica e química de todos os solos brasileiros correlacionados com os de outros países tropicais, além dos melhores ambientes de produção de cana-de-açúcar para as regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. Este é o único livro brasileiro sobre o assunto. A publicação chega a sua quarta edição com balanços hídricos em oito países.



Os planos para a Ater

O Plano Safra 2013/2014 aumentou o volume de recursos para a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), passando de R\$ 542 milhões para R\$ 830 milhões. Foi anunciado ainda a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). O projeto de Lei, assinado pela presidenta Dilma Rousseff, foi encaminhado ao Congresso Nacional. "Com a Anater, os serviços de assistência técnica serão ampliados. A operacionalização também vai ser diferenciada, proporcionando uma relação com os estados, com as ONGs e com as entidades privadas. Isso vai permitir que um maior número de produtores sejam alcançados com uma assistência técnica com maior qualidade", ressalta O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/MDA), Argileu Martins.

V fórum abisolo

O 5º Fórum da ABISOLO e a 1ª FERTISHOW – Feira da Indústria de Nutrição Vegetal será no Centro de Eventos Pereira Alvim, em Ribeirão Preto/SP, entre 21 e 23 de agosto. www.abisolo.com.br

CAC em boas mãos

O colega, eng. agrônomo Celso Roberto Panzani, foi reeleito, em assembleia, como presidente do Clube dos Engenheiros Agrônomos de Campinas (CAC) para a gestão 2013/2015.

O CAC tem 75 anos de vida e Celso mantém pelo clube uma relação de carinho e respeito, pois, como afirma, seus filhos e os filhos dos colegas associados puderam crescer desfrutando deste espaço tão importante de lazer e atividades socioculturais.

Curso de Proagro

O Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IBDAGRO) está oferecendo curso para quem precisa se qualificar para trabalhar com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O conteúdo abrange as fases de contratação, acompanhamento, composição do dossiê, comunicação de perdas, cálculo da indenização, além das providências após o julgamento e interposição de recursos junto à Comissão Especial de Recursos (CER).



Dedicação e perseverança

O eng. agrônomo Ismar Florencio Pereira faleceu no dia 24 de maio, em São Paulo. A AEASP oferece suas condolências a família e presta sua homenagem ao colega.

Diplomado pela Esalq-USP, em 1947, ele iniciou suas atividades como professor do ensino agrícola em Jaú, sua cidade natal, e em São Manuel. Em 1953, na capital, trabalha na recém-criada Subdivisão de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura de São Paulo, como economista agrícola e pesquisador científico. Anos depois fez parte do grupo

fundador do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e tornou-se responsável pela edição da revista Agricultura em São Paulo.

Ismar também foi membro de várias comissões técnicas; em especial da CPRTI- Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral, no momento em que foi editada a lei complementar que regulamentou o ingresso a carreira do Pesquisador Científico.

Em 2002, lançou o livro Histórias de um Menino Sonhador, onde fala de sua vida, sempre ligada à terra, à família, ao trabalho e às suas raízes.

A Conquista do Cerrado

*Fernando Penteado Cardoso

O presente artigo foi escrito para os membros do Conselho Consultivo e do Conselho de Administração da Manah, empresa fundada e presidida pelo Dr. Fernando e divulgado no Boletim Manah nº 147 aos Conselheiros, em abril de 1994. O texto, praticamente inédito, exalta o progresso agrícola no Cerrado brasileiro e foi cedido pelo autor ao JEA.

A aposta em marcha de 10 milhões de hectares de terras agricultáveis antes inaproveitadas pode ser considerada um dos maiores feitos agrícolas deste século em nível mundial. É antes uma “conquista” do que um milagre, para a qual concorreram quatro fatores básicos principais:

- 1) o desenvolvimento da tecnologia agrícola, decorrente da pesquisa consistente e abrangente do IRI - IBEC Research Institute - Matão SP (1956/65), financiada pelos irmãos Rockefeller e por algumas empresas de agribusiness, prosseguindo os experimentos preliminares anteriores, principalmente do Ministério da Agricultura em Sete Lagoas, MG (1949/52);
- 2) criação da variedade de soja “cristalina” pelo melhorador notável que é Francisco Torazawa em Palmeira, PR;
- 3) os programas de governo, financiando o investimento inicial em máquinas, corretivos e aberturas, implantados em grande escala nos anos 70 e 80, paralelos ao projeto japonês da JICA - Japan Intl. Coop. Agency, executado

através da CAMPO - Cia. de Promoção Agrícola.

4) a “garra” do agricultor gaúcho que, após migrações para Santa Catarina e Paraná, penetrou no cerrado do Mato Grosso do Sul e, subsequentemente, nos chapadões do Brasil Central, onde foi plantar arroz e soja, conciliando a mencionada tecnologia com seus conhecimentos de mecanização e do efeito do calcário nos solos pobres das coxilhas recuperadas para trigo.

A influência da EMPRAPA - CPAC iniciou-se a partir da década de 1980, com estudos interdisciplinares de solo, nutrição vegetal e variedades, dentre elas a soja “Doko”. Todavia, as bases da “conquista” são anteriores à EMBRAPA, a qual, para nossa desilusão, não se engajou, como devia, - salvo algumas exceções no RS, - na pesquisa sobre a nova agricultura do cerrado baseada na mínima perturbação do solo recoberto por resíduos (Plantio Direto na Palha), assegurando sua sustentabilidade.

É uma pena, mas ainda é tempo!

* **Fernando Penteado Cardoso** é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP, 1936



Divulgação

PARABÓLICA

Agricultura familiar

Em novo relatório, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) afirma que governantes precisam reconhecer a grande diversidade dos “pequenos agricultores” e destaca política brasileira de aquisição direta de pequenos produtos como exemplo para outros países. O órgão clama por uma legislação mais específica com o objetivo de aumentar os resultados da agricultura de pequena escala, por meio da busca de mais e melhor compreensão da organização doméstica dos pequenos agricultores e as limitações que enfrentam, de forma a direcionar investimentos e políticas para apoiar onde eles precisam e assegurar que possam revender os excedentes de suas colheitas.



Toxicidade é mais que as 4 faixas dos rótulos

*Tulio Teixeira de Oliveira

Por conta de uma disputa comercial levantada no início de 2012, entre um produto em monopólio à base de Acetamiprido e o primeiro produto registrado com esse ingrediente ativo pelo regime da Equivalência, iniciou-se uma celeuma sobre a Classificação Toxicológica, totalmente dispensável. O acusador sustenta que não pode existir um produto mais tóxico que outro quando são usados para a mesma finalidade, de acordo com o parágrafo 5º da Lei 7.802/1989. E aponta as quatro Classes Toxicológicas como sendo o balizamento único da toxicidade. E o produto monopolista tem uma Classe de menor toxicidade.

Na esfera administrativa, os técnicos da ANVISA que analisavam o caso recorreram ao entendimento do Procurador do Ministério Público lotado naquele Órgão, e, portanto, bem a par das legislações dos agroquímicos. Este, por sua vez, mais pautado pela letra da legislação e não pela lógica de um toxicologista, foi categórico ao afirmar que a referência do aludido parágrafo 5º só deveria ser aplicado a novo produto, o qual segundo o Decreto 4074/2002 era aquele ainda desconhecido no País. Assim, o produto derivado da equivalência não poderia ser alcançado por essa regra.

O assunto foi parar na Justiça, onde a papelada sufoca os juízes e as protelações e recursos arrastam a decisão para não se sabe quando.

Neste momento, do nada, surge uma Recomendação 15/2013 da Procuradoria da República do Distrito Federal aconselhando a ANVISA que não expeça avaliação favorável para produto com perfil toxicológico mais grave que aquele já registrado, ainda que seu ingrediente ativo já tenha registro no Brasil. Cabe aqui a pergunta: quem induziu a Procuradoria do DF a fazer tal Recomendação?

O curioso é que a ANVISA, ao invés de dar crédito ao Procurador interno, jogou a bomba no colo da Advocacia Geral da União – AGU. E esta elaborou o Parecer 05, tendendo a aceitar a tese da Procuradoria do DF. Creio que a AGU agiu de forma um tanto açodada, considerando os pontos abaixo descritos.

O que esses técnicos em legislação não enxergaram é que logo abaixo do Parágrafo 5º do Art. 3º da Lei 7.802 está o Parágrafo 6º, que diz claramente ficar proibido o registro de agrotóxicos que revelem características teratogênicas, carcinogênicas, mutagênicas, que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor ou que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório com animais tenham demonstrado; tudo isso, segundo critérios técnicos e científicos atualizados. Esses estudos refletem a verdadeira toxicidade de um produto.

E foi isso que o legislador procrastinou. Qualquer produto que apresente um destes tipos de toxicidade deve ser rejeitado, pois consequen-

temente é mais tóxico que os produtos aceitáveis, na forma da nova Lei.

Assim, o limite do Parágrafo 5º ficou determinado pelo Parágrafo 6º.

Por esta razão, a própria ANVISA em duas oportunidades, 2002 e 2003, revisou todas as Monografias existentes (Consultas Públicas 34/2002 e 50/2003), cancelando diversas delas com a edição das Resoluções 347/2002 e 165/2003.

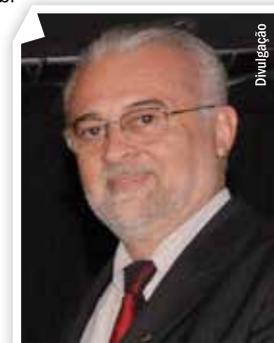
Tendo o novo produto passado por esses crivos, aí sim, aplicam-se os parâmetros das 4 Classes Toxicológicas, com base apenas em dados toxicológicos agudos. O contexto agora é buscar uma comunicação com o público usuário para que tome cuidados específicos para evitar intoxicações agudas, e aqui não cabe mais impedir o uso de qualquer produto, pois existem os equipamentos protetores e outras medidas de precaução. Para alertar o usuário, optou-se por dar cores às 4 Classes: faixa vermelha no rótulo para o de maior risco (classe I), amarelo para classe II, azul para classe III e verde para classe IV. Mas, repito, todos são aceitáveis para a saúde pública.

As dúvidas para essas classificações com apenas testes de toxicologia aguda, infelizmente, também são grandes. Os protocolos dos testes (Dose Letal Aguda, Dose Letal Dérmica e Inalatória, Irritabilidade Dérmica e Ocular e Sensibilidade Dérmica) sofreram mudanças ao longo dos anos, fato que implicou em termos produtos bem similares (derivados de um mesmo ingrediente ativo) com Classificações Toxicológicas diferentes. Esses produtos, se submetidos aos mesmos protocolos, com altíssima probabilidade, terão Classes idênticas.

Para melhor entendimento, merece revelar o que se passou com a Irritabilidade Ocular. É realizada em coelhos. Aplica-se no olho do roedor a dose a ser testada e, como o coelho não lacrimeja tal qual o ser humano, borrija-se água para imitar o lacrimejamento. Pois bem, em dado instante, a ANVISA exigiu que não se fizesse mais esse borrifamento. Evidente que a Classe de produto desta segunda fase não pode ser comparada com a Classe de produto da primeira fase. Não foi o produto que ficou mais tóxico, foi o método de análise que mudou.

Por tudo isso, o Ministério Público deveria agora reunir os órgãos avaliadores do registro dos agrotóxicos e definir uma postura única, para que a insegurança jurídica não paire sobre centenas de produtos já avaliados e registrados.

*Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira – Diretor Executivo da AENDA
www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br



Longa caminhada

Novas regras anunciadas pelo governo animam segmento de seguro agrícola, mas há muito que percorrer rumo à consolidação

Adriana Ferreira / Fotos: Divulgação

Com o intuito de estimular a contratação de seguros agrícolas, o governo divulgou, recentemente, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) a Resolução 4.235 que, dentre outras medidas, obriga todos os agricultores que tomam recursos do sistema de crédito rural (com juros controlados de até 5,5% ao ano) a aderirem ao seguro público rural a partir de julho de 2014 - início da safra 2014/15.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014 também trouxe novidades nessa área, foi anunciado um aumento de 75% na dotação de recursos para o seguro rural, que passou de 400 para R\$ 700 milhões; a meta é atingir uma área segurada de mais de 10 milhões de hectares.

As medidas devem permitir aumento no número de usuários e uma queda nos gastos com indenizações. Luís Carlos Guedes Pinto, ex-ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento e diretor geral de Seguro Rural do grupo Banco do Brasil Mapfre, diz que é mais vantajoso para o governo subsidiar o setor de seguros do que intervir em momentos de crise quando o gasto com a dívida agrícola, conforme o ano, pode chegar a R\$ 2 bilhões de reais. "É segurança para o produtor e também para o Tesouro Nacional", reforça. Com essas ações, Guedes acredita em um crescimento substancial de contratos na próxima safra.

Com mais produtores utilizando a proteção, o risco das seguradoras diminui, contribuindo para uma redução dos custos. "E com o aumento na concorrência, os bancos e seguradoras se veem obrigados a oferecerem melhores produtos", conclui o diretor do BB Mapfre.

Muitas das determinações contidas na Resolução 4.235 foram apresentadas pela Febraban, por isso o diretor da entidade, Ademiro Vian, conhecido por ter criado vários títulos do agronegócio, acredita nos reflexos positivos. "O número de produtores que poderão entrar no Proagro/seguro rural é da ordem de 500 mil produtores a partir da próxima safra", projeta ele.

A norma só pode entrar em vigor a partir do ano que vem porque, conforme esclarece o diretor da Febraban, alguns bancos precisam se preparar. "Os bancos que já operam com seguros e com Proagro têm condição de aplicar a norma agora. Porém, aqueles que não têm esta estrutura deverão desenvolver sistemas de computadores, formulários, e principalmente treinar e capacitar pessoal."

Outra mudança trazida pelo documento impacta diretamente nas relações de trabalho nesta área: a segregação de funções. "Quem faz o financiamento ou assistência técnica não pode ser a mesma pessoa que vai analisar o processo do Proagro e que vai fazer a perícia", explica Vian.

Como consequência dessa nova demanda poderá se abrir mais um campo de trabalho para engenheiros agrônomos. "Os bancos privados

que não atuam hoje com Proagro ou com seguro terão que obrigatoriamente passar a operar nestas modalidades para continuar no crédito rural", ressalta Ademiro. Portanto, agrônomos e/ou profissionais de assistência técnica precisam aprimorar seus conhecimentos nesta área.

Os percalços

Observa-se interesse tanto do poder público quanto do setor privado pelo desenvolvimento do seguro rural no País. Os aportes do governo para a área tem evoluído nos últimos anos e a nova Resolução do CMN está sintonizada com movimentos que visam estruturar o mercado segurador, tais como, a quebra do monopólio do resseguro, em 2007, e a aprovação, em 2010, do Fundo de Catástrofe, ainda aguardando regulamentação, e que substituirá o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Apesar das iniciativas, porém, o caminho para a consolidação do setor ainda é longo, apenas 7% das lavouras brasileiras estão seguradas. "Eu acho que há muito o que regulamentar para que o seguro se mostre uma ferramenta boa para o agricultor. Para efeito de comparação, os Estados Unidos, que tem um sistema de seguro bastante desenvolvido, demoraram quase 20 anos para ter apenas 20% da sua safra assegurada", comenta Ademiro Vian. A projeção dele é que cheguemos a esse patamar em uma década.

As dificuldades próprias do negócio segurador associadas às incertezas da atividade agrícola, que, como todos sabem, é uma das áreas com maior grau de risco, tornam complexa a meta de expandir a atuação do seguro rural no Brasil.

O aprimoramento das normas, mais e melhores informações sobre os negócios agrícolas, perenidade dos repasses governamentais, adequação das apólices das seguradoras as necessidades dos produtores, regulamentação do Fundo de Catástrofe, são algumas das questões pendentes.

Por isso um grupo de pesquisadores brasileiros que estuda o assunto defende um Modelo Integrado de Gestão de Risco Agrícola (MIGRA) para o Brasil, no qual os mecanismos mitigadores de risco interagem e se complementam para formar uma rede protetora do negócio rural. "(...) A ênfase do MIGRA deve ser na redução da informação imperfeita e da assimetria de informação. O MIGRA deverá considerar a diversidade dos sistemas de produção existentes no território nacional, notadamente quanto ao tamanho (pequeno e grande produtor, segundo o capital) e o modo de exploração (agricultura patronal, empresarial ou não, e agricultura familiar)", define o estudo, que está disponível na internet. (Link: http://www.rbrs.com.br/paper/paper_interna.cfm?id=76)

Disseminar é preciso

De modo geral, os brasileiros não possuem a cultura do seguro, portanto também é necessário investir em comunicação para que os produtores incluam este item como algo imprescindível em seu negócio. O diretor geral de Seguro Rural do grupo Banco do Brasil Mapfre ainda completa: “é preciso compreender que a característica do seguro rural é permitir que, depois de um sinistro, o agricultor retome sua atividade econômica, não é restituir tudo o que ele perdeu”.

No entanto, o papel de fazer o aculturação, na opinião de Vian, é das entidades de classe. “Elas têm que desenvolver seus sistemas de treinamento, de conhecimento e fazer reuniões com os produtores na roda de bar, nos churrascos, é assim que funciona”, sugere o dirigente.

Outras questões

De acordo com o estudo “Seguro Agrícola no Brasil: desafios e potencialidades”, de Antônio Márcio Buainain e Pedro Abel Vieira Jr., a baixa rentabilidade da agricultura reduz a disposição do agricultor para adquirir uma apólice de seguro. “Para estimular, o Governo tem arcado com mais de 50% do custo do serviço. Governos estaduais, como os de São Paulo e Paraná, também têm apoiado o seguro com programas de subvenção. No entanto, a despeito desses esforços, o seguro rural ainda atende menos de 15% do potencial do mercado brasileiro”.

Em termos de política agrícola, o diretor da Febraban acredita que o governo terá de escolher uma entre as três modalidades de mitigadores de risco existentes hoje (Proagro +, um Proagro Tradicional e o Seguro Rural). “O agricultor, em sua grande maioria não sabe, temos o seguro que é gerenciado pelo Ministério da Agricultura, tem o Proagro Tradicional, administrado pelo Banco Central. E tem o Proagro +, totalmente direcionado e gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. São três gestores diferentes. É uma grande sobreposição de funções, com ineficiência dos programas a um custo elevado com pouco benefício chegando ao agricultor”, critica ele.

Do lado das seguradoras, analistas do ramo destacam a ineficácia das

apólices criadas por elas, que não cobrem o que realmente é risco para o agricultor. Outro ponto delicado diz respeito ao pagamento da indenização. “É preciso deixar este quesito muito claro. Por exemplo, você pode ter três instituições financeiras numa mesma praça que operam com Proagro e em lavouras de trigo. Essas três instituições diferentes indenizam três agricultores diferentes na mesma praça. E certamente elas utilizarão preços diferentes. Não tem lógica, mas ocorre, isto porque não existe exigências, banco de dados ou padronização do sistema”, comenta o diretor da Febraban. O estabelecimento de regras, por parte do governo, é apontado como solução para esses problemas.

Os fundamentos

Os pesquisadores Buainain e Vieira Jr. afirmam que, historicamente, em diversos países, o seguro rural agrícola não tem apresentado bons resultados quando é operado em bases puramente privadas. “Isso porque, além dos problemas tradicionais encontrados no mercado securitário, no setor rural esses problemas ocorrem de modo mais severo devido à natureza catastrófica e à elevada correlação do risco entre unidades seguradas (um determinado fenômeno climático atinge várias propriedades ao mesmo tempo)”.

Os autores também informam que em todos os países em que o seguro rural logrou êxito há forte participação do setor público. E concluem, “em países onde os recursos públicos são escassos, como o Brasil, é pouco provável a sustentabilidade de arranjos que dependam de subsídios diretos, como nos EUA. Assim, a utilização de incentivos indiretos no sentido de fortalecer a participação de recursos privados é fundamental”.

Em seu estudo, os especialistas discorrem sobre os atributos para uma política adequada de seguro rural em que haja “uma cooperação entre os agentes envolvidos, notadamente, entre os produtores rurais e as seguradoras privadas”. “Esses atributos devem mitigar as limitações inerentes à atividade, notadamente o oportunismo, a assimetria de informação e a informação imperfeita, ou seja, é necessário um ambiente cooperativo entre todos os agentes para a indústria de seguro



Eng. agrônomo Luis Carlos Guedes Pinto, ex-ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento e diretor geral de Seguro Rural do grupo Banco do Brasil Mapfre



Ademiro Vian, diretor da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)

rural prosperar. Cabe ao setor público, mais do que subsidiar financeiramente a atividade, promover as instituições no sentido de fomentar a confiança entre os agentes, pois subsídios financeiros tendem a distorcer os mercados, notadamente aqueles em que a informação e o oportunismo são relevantes. Essa foi, e continua sendo, a regra geral

em todos os países onde a indústria de seguro rural prosperou. O mercado de seguro privado requer intensa e intensiva regulação e participação pública, que, no entanto, não pode distorcer os fundamentos do mercado que está procurando construir". (Link: http://www.esns.org.br/rbrs/arquivos/rbrs_13_2.pdf)

As novidades para o seguro no Brasil

Resolução 4.235 do CMN

- A partir da safra 2014/15 a contratação do seguro do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) será obrigatória em operações de até R\$ 300 mil.
- Para incentivar o uso da irrigação, o governo reduziu de 2% para 1% o prêmio pago pelos pequenos produtores na contratação do Proagro em lavouras irrigadas e, no caso dos demais produtores, o valor caiu e 3% para 1%.
- Em relação ao seguro, outra medida anunciada pelo Banco Central foi o aumento na remuneração dos bancos no caso das análises de sinistro, que passou de R\$ 100 por pedido para R\$ 125. No caso dos peritos, o piso passou de R\$ 190 para R\$ 230 e o teto de R\$ 750 para R\$ 940/saca. Outra resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece novas regras no Manual de Crédito Rural para as cooperativas.
- As novas regras deixam claro que as cooperativas de produ-

ção não podem ser repassadoras de recursos do crédito rural nem financiar a atividade de seus cooperados, pois as atividades estão restritas às cooperativas de crédito.

- Com o objetivo de incentivar a melhora na qualidade do trabalho de campo realizado pelo perito, o Banco Central também decidiu que tanto funcionários de bancos como peritos (pessoas físicas e jurídicas) não podem analisar um sinistro, caso tenham participado do processo de aprovação do crédito.

Plano Agrícola Pecuário (PAP)

- R\$ 700 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - aumento de 75% em relação à safra anterior
- R\$ 525 milhões para regiões e produtos prioritários e subvenção de 60% do valor do prêmio
- R\$ 175 milhões para demais regiões e produtos e subvenção de 40% do valor do prêmio

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

	2005	2006	2007	2008	2009
Número de Apólices	849	21.779	31.637	60.120	72.737
Número de Produtores	849	16.653	27.846	43.642	56.306
Subvenção Concedida (R\$)	2.314.919	31.122.161	60.961.992	157.544.950	259.610.965
Área Segurada (ha)	68.148	1.560.549	2.276.245	4.762.902	6.669.296
Capital Segurado (R\$)	126.637.756	2.869.326.074	2.706.036.105	7.209.176.951	9.684.244.863
Prêmio Arrecadado (R\$)	8.684.372	71.119.310	127.741.170	324.744.319	477.785.800

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - RESULTADO 2012

UF	Apólices (Un.)	Área Segurada (ha)	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)	Subvenção (R\$)
Total	63.328	5.243.272	8.782.214.959	571.375.578	318.167.934
Paraná	22.666	1.746.198	2.198.688.135	165.037.360	96.147.799
Rio Grande do Sul	16.533	1.118.337	2.163.068.214	127.977.962	71.775.321
São Paulo	9.319	505.894	1.356.660.950	83.783.499	44.881.996
Mato Grosso do Sul	3.398	679.758	706.702.327	64.144.745	38.238.838
Santa Catarina	5.561	180.466	56.883.650	52.054.137	27.558.115
Goiás	1.981	348.113	536.959.636	23.774.565	12.221.335
Minas Gerais	2.514	235.968	653.844.591	23.026.377	10.961.851
Mato Grosso	590	225.383	326.822.427	13.306.549	7.440.576
Bahia	314	81.022	129.251.477	9.471.340	4.718.683
Piauí	147	48.968	53.699.844	3.963.613	1.930.182
Maranhão	76	27.173	34.987.169	2.428.415	1.203.904
Tocantins	71	22.902	29.532.772	1.519.952	665.264
Rondônia	60	6.626	6.733.036	385.180	190.790
Distrito Federal	21	2.830	4.313.214	210.808	108.932
Alagoas	57	12.344	17.897.257	152.752	59.668
Pernambuco	8	631	1.837.147	82.072	45.752
Espírito Santo	9	612	4.104.783	49.455	16.967
Rio de Janeiro	2	47	193.330	4.108	1.172
Ceará	1	0	35.000	2.689	789

Fonte: MAPA

Qualidade e Sustentabilidade no Agro

* José Otavio Menten

Uma avaliação positiva da qualidade de diversos alimentos produzidos no Brasil foi apresentada pelo Ministério da Agricultura no começo desse ano (07/01/2013). Sem grande repercussão na mídia, foi divulgada a presença de resíduos de defensivos agrícolas e contaminantes (microtoxinas e microrganismos patogênicos) presentes em 1.047 amostras de 24 espécies cultivadas na safra 2.011/12. A maioria das amostras estava dentro dos padrões de qualidade. Isto significa que está havendo um monitoramento sistemático de nossa produção e que os alimentos consumidos pelos brasileiros, e os exportados, são saudáveis. É importante que o mundo saiba que os produtores brasileiros estão focados na qualidade e que existe um esforço para seu aprimoramento constante. As instituições de ensino preparam os futuros profissionais para que as boas práticas agrícolas sejam cada vez mais consideradas nos currículos escolares e incorporadas pelos nossos técnicos do agro. A pesquisa e a extensão rural têm priorizado a qualidade. O setor está acompanhando, com preocupação, o embargo da carne bovina brasileira por diversos países, por razões sem consistência técnico-científica. Há pouco tempo tivemos problema com a exportação de suco de laranja, quando foram utilizadas barreiras não-tarifárias para desqualificar nosso produto. É necessário que todo o agro esteja atento para produzir alimentos dentro da expectativa dos consumidores, tanto internos como externos (exportação). O Brasil é visto como a "fazenda do mundo", o país que mais vai contribuir para atender a demanda crescente por alimentos. Mas não basta a quantidade produzida, é essencial qualidade.

Alimento seguro, saudável, é parte da segurança alimentar. O trabalho do Ministério da Agricultura mostrou que arroz, feijão, trigo, milho, café, amendoim e castanha do Brasil apresentaram condição muito boa quanto a presença de microtoxinas, que são substâncias prejudiciais produzidas por fungos que podem se desenvolver nestes produtos. Salmonela, microrganismo patogênico que pode causar problemas intestinais, esteve presente em menos de 3% das amostras de pimenta-do-reino analisadas. Resíduos de cerca de 200 defensivos

agrícolas foram procurados em quase 1.000 amostras de alimentos. Nenhuma contaminação foi encontrada em abacaxi, alface, banana, batata, café, feijão, limão, soja e tomate. Número muito reduzido, dentro dos padrões internacionais, foram encontrados em arroz, maçã, mamão, melão e milho. Há necessidade de maior atenção em laranja, manga, morango, pêssego, pimentão, trigo e uva. As inconformidades encontradas podem ser devido à presença de resíduos acima do limite máximo permitido ou de defensivos não registrados/autorizados para a cultura. O trabalho desenvolvido pelo Ministério da Agricultura é rastreável. Os agricultores que produziram alimentos com algum problema são incluídos em Programas de Educação Sanitária, visando prepará-los melhor para que incorporem as boas práticas agrícolas e passem a produzir de acordo com os padrões exigidos.

Este trabalho consistente do Ministério da Agricultura, que já vem sendo desenvolvido há três anos, é uma demonstração clara de atitude transparente, pró-ativa, baseada em ciência e tecnologia, que contribui para o reconhecimento da qualidade da produção vegetal no Brasil. Diversos programas, privados e públicos, de qualidade da produção de alimentos estão em andamento, como a produção integrada, certificações etc. O objetivo é fazer com que os consumidores finais possam adquirir seus alimentos nos supermercados, varejões, feiras etc. despreocupados, confiando que estão levando alimentos saudáveis para suas residências. Alimentos que contribuem para o aumento da longevidade e da qualidade de vida de todos.

**José Otavio Menten é Presidente do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Agronomia, Pós-Doutorado em Manejo de Pragas e Biotecnologia, Professor Associado da USP/ESALQ.*



FUNDAÇÃO AGRISUS agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Marcos Fava Neves

Arrojado e dinâmico, o engenheiro agrônomo Marcos Fava Neves desponta como uma das jovens mentes inquietas do agronegócio

Adriana Ferreira / Fotos: Arquivo pessoal

Multitarefa é um dos adjetivos que se encaixa bem no perfil de Marcos Fava Neves. Nascido em Lins (SP), o paulista de 44 anos é filho do conhecido professor da Esalq-USP, Evaristo Marzabal Neves. Ele se inspirou no exemplo paterno e fez agronomia também na mesma instituição.

A convivência desde cedo com o ambiente acadêmico o impulsionou a se aprofundar nesse universo. Mas suas habilidades para o diálogo o levaram a construir pontes entre a universidade e o mercado, de modo que ele é o oposto do acadêmico encastelado em suas teses.

Depois da engenharia agrônoma, ele se especializou em planejamento e gestão estratégica, pós-graduou-se em administração, na FEA/USP e fundou o Markestrat um Centro de Projetos e Pesquisas em Marketing e Estratégia, que presta serviços para diversas empresas e é focado no agronegócio. Assim, Fava transita entre diferentes meios e já desenvolveu 70 projetos públicos e privados em cinco países.

Um de seus principais intentos é internacionalizar o agro brasileiro. Para isto, contribuiu gratuitamente como articulista do China Daily (jornal de Pequim/China) e em outro periódico da Índia e da África do Sul. Também escreve para os jornais Folha e O Estado de São Paulo.

Na França, estudou marketing de alimentos e na Holanda doutorou-se em administração, na área de canais de distribuição. Ainda foi coordenador do Programa de Agronegócios da USP (PENSA) entre 2005 e 2007. Autor e coautor de 30 livros publicados no Brasil, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, China e África do Sul, a principal característica de sua obra é o planejamento do agronegócio com vistas para a solução de problemas empresariais e de cadeias produtivas.

Docente titular da FEA/USP em Ribeirão Preto, atualmente é professor visitante da Purdue University, em West Lafayette, Indiana (EUA), onde dá aulas na graduação e pós-graduação, além de desenvolver pesquisas. Marcos, que mora temporariamente com sua mulher e filhas nos EUA, retorna ao Brasil em 2014, mas deverá voltar a Purdue duas vezes ao ano nos próximos 15 anos. Nessa entrevista ao JEA conhecemos mais sobre a vida e as ideias desse polivalente engenheiro agrônomo.

■ Por que optou pela engenharia agrônoma?

Desde os seis anos de idade, quando meu pai mudou-se do Instituto de Economia Agrícola para dar aulas na ESALQ, eu vivi dentro da Escola, acompanhava seus trabalhos e viagens à Congressos. Então foi por osmose a paixão pela agricultura e pela ESALQ.

■ Conte um pouco de sua trajetória profissional, após sair da faculdade...

Quando terminei a ESALQ em 1991, o Brasil vivia um triste cenário, não era a pujança que os agrônomos formados nos últimos 15 anos pegaram. Eu gosto de escrever e pesquisar e tive duas oportunidades: fazer o mestrado na ESALQ em economia, ou na FEA, em Administração, e foi a opção que fiz. Queria trabalhar com o Decio Zylbersztajn, o precursor do pensamento científico em cadeias produtivas no Brasil, criador do PENSA e para mim o maior cientista do agronegócio brasileiro. Tive a chance de trabalhar e aprender muito com ele e seu time, já são 22 anos de amizade. Durante o mestrado pude fazer um curso na França, em seguida fiz o doutorado na mesma FEA, com o Prof. Marcos Campomar, grande pensador do planejamento estratégico de marketing no Brasil. Também fiz parte do doutorado na Holanda, em Wageningen, outro lugar amável. Fui contratado pela FEA-RP em 1995, fiz Livre-Docência em Planejamento Estratégico e consegui, aos 40 anos, chegar a Professor Titular na USP, instituição que eu amo e tento retribuir tudo o que dela recebi.

■ Como consegue administrar os diferentes papéis: professor, consultor, pesquisador, autor de livros, articulista?

Na verdade, para responder tenho que contar um segredo. Tudo o que você pergunta é a mesma coisa. Nos projetos e na consultoria eu ensino, mas principalmente, aprendo. Este conhecimento junto aos livros teóricos, passo aos alunos em aula, e escrevemos livros a partir destes conhecimentos, para contribuir com a sociedade. Os professores que têm inserção e interferência no mercado acabam



sendo respeitados pelos alunos, pois fazem acontecer o que falam em sala de aula. Hoje, os docentes mais produtivos da USP são os que conseguem conciliar e fazer as atividades da Universidade, que são a pesquisa, o ensino e a extensão, conversarem e serem feitas ao mesmo tempo. É o que tento diariamente, com muito prazer. Os estudantes não percebem, mas nossa convivência com eles faz com que roubemos energia deles. Mas isto não pode ser contado a eles, senão irão cobrar! (risos)

■ **Você dá aulas na graduação da USP Ribeirão Preto, como é visto pelos alunos?**

Bem, às vezes sou bem humorado, outras vezes linha dura e mandando sair da sala. Enfim, como todos, um ser humano, que acerta e que também erra bastante.

■ **O curso de engenharia agrônoma, em linhas gerais, está sintonizado com as exigências do mercado global?**

Se eu tiver que dar uma contribuição aqui, seria a de como criar nas nossas escolas mais exemplos como a Markestrat e como outras excelentes organizações montadas pelos nossos professores, que possam fazer os alunos aprenderem convivendo com outros que já fizeram, e fazendo juntos. Fora isto, temos que estudar mais os mercados emergentes (África e Ásia), que serão os principais compradores dos nossos produtos. Estamos atrás nisto, precisamos investir.

■ **E como você define essa nova geração de agrônomos, qual o perfil deles?**

Um show de profissionais. Tem uma mescla de engenharia, com campo, com administração, com economia, com ciência, ou seja, tecnicamente bem formados, somado com república, churrasco, festa, com inclusão, enfim, pessoas boas e agregadoras. Se você pensar como as grades mudaram, quando eu fiz ESALQ só tive uma aula de duas horas para explicar o que era agronegócio. Hoje, são 20 disciplinas. Está sendo formada uma turma de craques, tanto que o mercado reconhece.

■ **Explique o que é o Markestrat e como surgiu a ideia de criá-lo**

É um Centro de Projetos e Pesquisas em Marketing e Estratégia, mais focado no agronegócio. Começamos em 2004. A ideia, inspirada no PENSA, foi a de criar em Ribeirão Preto uma organização que pudesse congrega alunos, professores, pesquisadores e consultores, nos moldes de um "think tank", que pudesse fazer projetos, consultorias, gerar publicações científicas e empresariais com tentativa de contribuir na melhor gestão e planejamento do agro. Hoje são 14 sócios, sendo 10 doutores e 4 mestres, boa parte recebeu alguma contribuição minha em algum momento (orientados de mestrado ou doutorado), e que querem ser donos de uma organização e não serem empregados. Somado à nossa equipe de pesquisa, boa parte pós-graduandos e graduandos da FEARP, UNESP, ESALQ e os que são 100% consultores, são hoje 50 pessoas.

■ **Quais são os seus planos para o futuro à frente do Markestrat?**



■ **Há novos projetos? Quais?**

Formalizamos a nossa união com a Unibusiness para compor a Markestrat Uni.Business. A ideia é juntar competências e expertises em gestão e estratégia para enfrentar o novo cenário globalizado do agronegócio mundial. Temos pesquisas em andamento em quase todas as cadeias, sejam os projetos de políticas públicas e privadas para tornar o etanol mais competitivo, o que visa promover o suco de laranja no mercado interno, o do mapeamento e planejamento da cadeia do algodão, os de análise de conjuntura, os de comportamento do produtor rural, entre outros que estão ligados às empresas privadas, e não a setores.

Temos projetos aqui com Purdue, o mais interessante é o que se chama "Nove Questões para Nove Bilhões" que tem a ver com o mundo do agro em 2050, o do comportamento do produtor rural global e também estamos escrevendo um caso sobre a Copersucar, que é muito admirada nos EUA. Também queremos expandir a atuação para outros países e executar projetos internacionais para multinacionais no Brasil. Algo como os "call-centers" indianos, mas, neste caso, agregando e capturando valor. Outro benefício da Markestrat é a aproximação do setor privado com a Universidade, além de contribuir com o pagamento de overheads e taxas à FEARP-USP.

■ **Com os problemas enfrentados nos últimos tempos, o etanol de cana ainda tem futuro no Brasil? E quanto ao etanol celulósico?**

Sou grande entusiasta do etanol de cana há muito tempo. Com um pouco mais de visão estratégica do Governo e com as inovações que estão para chegar que podem nos levar a produzir mais de 25 mil litros por hectare, inclusive com o etanol celulósico, o etanol de cana encontrará amplo espaço como combustível no Brasil e aditivo a gasolina no mundo.

■ **Muitos são os profissionais que compõem o universo agro, há algum papel que você considera específico do engenheiro agrônomo nessa cadeia produtiva tão diversa?**

O agrônomo tem condições de atuar em todos os setores, em todas as cadeias produtivas, é o profissional mais completo do mercado.

■ **Onde estão as melhores oportunidades e quais os principais desafios para os profissionais?**

O mercado está muito bom para quem está aproveitando bem os excelentes cursos de graduação. Desde empreender e gerar novas empresas, até ir para o mercado financeiro, consultorias ou de insumos. A nova configuração das fazendas brasileiras e áreas de fronteiras, enfim, geramos gente para tudo. O desafio do trabalho resume em quatro C's: caráter, competência, comprometimento e criatividade. Um profissional que se paga e é capaz de gerar valor para as organizações.

■ **Qual o conselho que dá aos jovens engenheiros agrônomos?**

Sempre digo aos alunos que o profissional do futuro tem que adaptar-se as mais diversas situações, estar atento a tudo o que acontece no país, saber se relacionar, ter foco e não parar de estudar.



Agronomia do Cone Sul reunida

Junto a V Jornada Nacional Fitossanitária, organizada pela Federação Argentina de Engenharia Agrônoma (FADIA) e pelo Centro de Engenheiros Agrônomos de Mendoza, aconteceu a 6ª Reunião da Região do Cone Sul da Associação Panamericana de Engenheiros Agrônomos (APIA). Participaram delegações do México, Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina, junto com representantes da Fadia.

O presidente da AEASP e Confaeab, Angelo Petto Neto, que é também vice-presidente da região Cone Sul da APIA, marcou presença. Tiveram destaque, entre os temas tratados na reunião, a incorporação futura da APIA à Confederação Latino Americana e do Caribe das Associações de Profissionais Universitários (Clapu) e o exercício profissional temporário, no âmbito do Comitê de Integração da Agricultura, Agrimensura e Engenharia.

O presidente da APIA, Engenheiro Héctor Stanley Glower y Delgado considerou que o encontro foi "muito produtivo", por estarem representados os cinco países do Cone Sul da Associação Pan-Americana de Engenheiros Agrônomos. E Angelo Petto, acrescentou. "Temos todos os mesmos problemas, enfrentamos as mesmas situações para o exercício de nossa profissão".

Por sua vez, o presidente da FADIA, engenheiro Alejandro Bonadeo, também vice-presidente da APIA, enfatizou a importância da reunião como um marco na retomada dos valores que nortearam a fundação dessa importante instituição, que integra as Américas.

O dirigente brasileiro falou aos colegas da América do Sul sobre a engenharia agrônoma no Brasil, o mercado, as instituições e a produção. "A diferença é que conseguimos produzir no trópico além de produtos exclusivamente tropicais, também os de clima temperado. A tecnologia agrônoma brasileira permitiu que se cultive, por exemplo, soja, do sul do País até a Amazonia", avaliou Angelo Petto. Ele ainda afirmou que os países vizinhos têm em comum a responsabilidade de produzir sustentavelmente, zelando pela natureza e com a missão de atender a crescente demanda mundial de alimentos, energia renovável e fibras naturais.



PL dos biólogos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou o Projeto de Lei 3423/12, que autoriza os biólogos a exercerem a responsabilidade técnica pela produção, análise, beneficiamento e reembalagem de sementes. O relatório favorável à medida, não obteve o apoio da comissão.

Ciência agrônoma

O presidente da AEASP, Angelo Petto Neto, fez parte da mesa diretora na solenidade de instalação e posse dos acadêmicos e sócios da Academia Brasileira de Ciência Agrônoma, ocorrida em 24 de julho durante Sessão Especial da 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Auditório da Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A Academia foi criada em 2010, idealizada pelo engenheiro agrônomo, de 93 anos, prof. Eudes de Souza Leão Pinto, atual presidente da instituição, seu vice-presidente é o ex-ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Alysson Paolinelli, e o objetivo da ABCA é congregar toda produção científica da agronomia brasileira.

Brasil sobe

O Economist Intelligence Unit (EIU), unidade de pesquisa do grupo The Economist, apresentou atualização do Índice Global de Segurança Alimentar. Lançado em 2012, com o patrocínio da DuPont, o ranking analisa os maiores desafios e vulnerabilidades relativos à segurança, acessibilidade e qualidade alimentar em 105 países. O Brasil subiu duas posições no índice e figura como o segundo melhor em segurança alimentar na América Latina. O Índice está disponível para consulta e download no site <http://foodsecurityindex.eiu.com>.

16º Prêmio Andef

Em uma noite de gala, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) premiou os projetos e ações que contribuem com a sustentabilidade no agronegócio brasileiro. O prêmio foi dividido nas categorias revendas e distribuidores, cooperativas, centrais de recolhimento de embalagens, jornalistas e universidades, além das homenagens aos profissionais e associadas da entidade. Entre os mais de 430 presentes, compareceram ao evento personalidades e lideranças do agronegócio brasileiro como o presidente da AEASP e Confaeab, Angelo Petto Neto, Maurício Lopes, presidente da EMBRAPA; Sérgio Augusto Carbonell, diretor geral do IAC; Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil; Luiz Carlos Carvalho, presidente da ABAG; Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira; e Mônica Bergamaschi, secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, além de parlamentares estaduais e federais.

Agronomia em destaque

A agenda do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo (Crea-SP) esteve agitada e contou com eventos que privilegiaram a agronomia. O Prêmio Crea-SP homenageou estudantes de diversas engenharias, inclusive a agrônoma, que se destacaram ao longo do curso. Também foi celebrada a reunião de número 500 da Câmara Especializada de Agronomia. Além disso, o VIII Congresso Estadual de Profissionais – CEP, e a Plenária do mês com a presença do secretário do Meio Ambiente do Estado, Bruno Covas, reuniram centenas de profissionais e de autoridades.

Esforço recompensado

O Prêmio Crea-SP de Formação Profissional, realizado no dia 13 de junho na capital paulista, reconheceu os melhores alunos dos cursos de graduação de nível superior pleno, nas diversas modalidades de engenharia vinculadas ao Sistema Confea/Crea.

A cerimônia conduzida no auditório lotado da Sede Angélica do Crea-SP reuniu formandos, familiares, amigos e professores e membros das entidades de classe registradas no Conselho. “O que muda um país não é a economia; é a inteligência, o estudo, a educação. Vocês são os melhores, que terão condição de nos ajudar para melhorar ainda mais esse país”, discursou o Presidente do Crea-SP, eng. Francisco Kurimori.

Entre os engenheiros agrônomos homenageados, Maria Aparecida Miziara Frangella, formada pela Faculdade Moura Lacerda, era uma das mais entusiasmadas. E tinha motivos para isso, afinal aos 73 anos ela realizou o sonho de tornar-se agrônoma, interrompido pelas dificuldades da vida. Seu esforço foi reverenciado pelos aplausos efusivos dos presentes.

Jovens talentos da agronomia também reluziram. Escolhidos como os melhores alunos de engenharia agrônoma de seus cursos, eles receberam placa de honra das mãos do presidente do Conselho.

Câmara de Agronomia: 500 reuniões

A Câmara Especializada de Agronomia, (CEA) do Crea-SP, registrou, em 11 de julho, uma marca histórica: sua reunião de nº 500, realizada em clima de celebração na Sede do Crea-SP, em São Paulo.

Os trabalhos foram conduzidos pelo coordenador da CEA, eng. agr. José Luís Susumu Sasaki; o coordenador adjunto, eng. agr. Mário Ribeiro Duarte; o professor da ESALQ, Frederico Pimentel Gomes; e o assistente técnico da Câmara, eng. agr. André Luís Sanches. O cerimonial contou com os trabalhos eng. agrônoma, diretora da AEASP, Francisca Ramos de Queiróz, a “Nina”.

Após a reunião ordinária, ocorreu a cerimônia em celebração a data e em seguida foi descerrada a placa comemorativa em aço que registra a 500ª reunião, destacando os nomes dos conselheiros que integram atualmente a Câmara. O presidente da AEASP e Confaeab, Angelo Petto Neto, presente ao encontro, lembrou que a CEA, mesmo com número bem menor que outras modalidades tem um destacado desempenho e ressaltou a atual sinergia entre as secretarias de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente no Estado de São Paulo.

“Nesses 45 anos de funcionamento da CEA, é preciso destacar o trabalho de professores, empresas, conselheiros, funcionários, escolas e entidades de classe que ajudaram a construir essa história”, disse o Presidente do Crea-SP, eng. Francisco Kurimori.

A primeira reunião da CEA foi realizada em dezembro de 1968, presidida pelo então Coordenador, eng. agr. Frederico Pimentel Gomes. “A primeira Câmara deixou um exemplo de união e ética”, declarou o eng. agr. Susumu Sasaki.



Maria Aparecida Miziara Frangella, que se formou em engenharia agrônoma aos 73 anos, foi muito aplaudida ao receber o Prêmio Crea



Reunião em clima de celebração na Câmara Especializada de Agronomia do Crea-SP



Os profissionais da área tecnológica de São Paulo lotaram o Auditório Simón Bolívar, no Memorial da América Latina, durante a realização do VIII Congresso Estadual de Profissionais (CEP), dia 20 de julho. O Congresso foi promovido pelo Crea-SP, com o apoio da Faeasp e Mútua.

Ameaças fitossanitárias rondam o campo

*Eduardo Daher

Cerca de 300 especialistas, pesquisadores e profissionais em fitossanidade debateram, no dia 23 de maio, em São Paulo, a urgência de o País olhar com atenção nos altos riscos que rondam as plantações brasileiras. O Seminário Ameaças Fitossanitárias: Novas Pragas Colocam em Risco a Produção de Alimentos no Brasil embasou um tema que ainda não mobilizou como deveria os órgãos de defesa sanitária.

O marco regulatório precisa ser aperfeiçoado, a fim de conferir maior agilidade aos órgãos governamentais encarregados de analisar e aprovar as novas tecnologias demandadas pelos agricultores, bem como oferecer um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definir seus planos de investimentos.

O que temos visto, porém, são alguns órgãos regulatórios encarregados de analisar os pedidos de registros de novos ingredientes ativos e melhorias nas formulações existentes, entre outras demandas, continuarem a trabalhar numa morosidade incompatível com a dinâmica que o mundo exige quando o assunto é a produção de grãos, fibras e energias renováveis.

A ANDEF e suas empresas associadas são defensoras do máximo rigor na análise das solicitações, uma vez que é exatamente este o diferencial das 15 associadas, que investem altos recursos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Mas também pleiteamos que esses órgãos embasem suas análises, unicamente, no rigor do conhecimento científico.

A produção de defensivos consiste na manufatura de novos ingredientes ativos, que exige altíssimos investimentos por vários anos. Para que uma nova molécula se torne o produto – herbicida, fungicida, inseticida ou acaricida – as indústrias associadas da ANDEF pesquisam e desenvolvem em laboratórios e estações experimentais, durante cerca de 10 anos, um volume entre 300 mil e 400 mil moléculas.

Esse rigoroso trabalho científico consome aportes de capital. O Sindicato Nacional da Indústria de Defesa Vegetal (SINDAG) estima que, no período de 2008 a 2012, os novos investimentos no setor somaram cerca de US\$ 313 milhões.

No entanto, quando se faz uma leitura superficial – quando não positivamente distorcida – do mercado mundial de defensivos agrícolas incorre-se numa conclusão totalmente equivocada: a de que o Brasil é o país que mais utiliza esses produtos. Na verdade, de acordo com levantamento da consultoria Kleffmann, entre os principais países produtores agrícolas o Brasil é o que menos utiliza defensivos.

Segundo os dados de 2011, o Brasil foi o sexto colocado entre os principais países produtores agrícolas, com um investimento de 7,93 dólares por tonelada de alimento produzido. À frente do Brasil, registraram maior uso de defensivos: Estados Unidos, com 9,42 dólares por tonelada de comida produzida; Argentina, 12,44 dólares; União Euro-

peia, 20,65 dólares; França, 22,29 dólares; e, maior mercado do mundo de defensivos por tonelada de alimento produzido, o Japão, que emprega 97,73 dólares para cada tonelada. Este ranking pode ainda ser traduzido da seguinte forma: para cada 100 dólares investidos em defensivos, o Japão produz apenas 1 tonelada de alimentos e a França, 4 toneladas; já o Brasil produz, com os mesmos 100 dólares, 13 toneladas de alimentos. Estes dados comprovam que somos, de longe, os mais eficientes produtores de alimentos do mundo.

Destaque-se o fato de o Brasil alcançar esta posição apesar de ser uma agricultura de clima tropical, que exige maior uso de tecnologia para o controle de pragas. Por exemplo, só a venda de produtos para combater a ferrugem da soja representou, em 2012, US\$ 1,5 bilhão – 15% do total do mercado brasileiro. Essa mesma doença não ocorre em países de clima frio como os Estados Unidos, maior produtor de grãos do mundo.

Há ainda outro grave problema que o Brasil começou a enfrentar na safra 2012/13. Trata-se da infestação da praga quarentenária *Helicoverpa armigera* nas lavouras de soja e algodão, principalmente. Já nesta primeira safra em que a nova praga foi constatada, provocou graves perdas: de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os produtores amargaram prejuízos da ordem de R\$ 2 bilhões. Mas, quando se soma as perdas causadas por diversas outras pragas no ano-safra, os prejuízos são gigantescos: de acordo com Denise Návila, pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos, chegam a R\$ 40 bilhões.

***Eduardo Daher** é diretor-executivo da ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal)



Código Florestal:

repartindo as responsabilidades com a sociedade

*Fábio Meirelles

Nunca se questionou o Código Florestal de 1965 como concebido e sim as milhares de alterações e regulamentações. Desafia-se: perguntem a qualquer produtor rural se ele cumpriria ou não o Código Florestal de 1965, na redação original. Por ele, 99% das propriedades estão regulares, mas com as alterações que não passaram pelo Congresso Nacional, estariam na ilegalidade por não cumprirem “a lei que não passou pelo Poder Legislativo” (sic).

Para atender essa “lei que não passou pelo Congresso” haveria de se converter aproximadamente 28% de lavouras e demais áreas produtivas, para causar um incremento de 7,5% da vegetação no país. Imaginem isso na Região Sudeste e Sul que somadas ocupam 17% do país, ocupados por 56,5% da população. Não há como negar a seriedade da situação, especialmente pela matriz agrária das Regiões Sudeste e Sul, com mais de 75% das propriedades classificadas como pequenas.

Toda crítica sobre a alteração do Código Florestal é totalmente vazia se não vier com solução para o problema social dessa imposição, de uma lei que não passou pelo Congresso, lamentavelmente. A Confederação Nacional dos Municípios - CNM declarou no Senado Federal que a manutenção dos penduricalhos jurídicos ao texto básico do Código Florestal de 1965, poderia causar uma migração de 5 milhões de pessoas dentro do país.

O que preocupa a FAESP é que a maioria desse contingente seria de produtores e possuidores rurais. O ambiente de diálogo, muitas vezes áspere, teve início com a suspensão parcial do Decreto 6.514 de 2008, quando presidiávamos a CNA. Ficou claro que se estava criando multa para uma “lei que não passou pelo Congresso”. Mais produtivo abordar o cerne da questão: os desajustes causados pelos penduricalhos jurídicos, em especial uma medida provisória que se arrastou por quase 17 anos para ser votada. Quando passou pelo crivo legislativo, foi expressamente revogada.

O Congresso Nacional fez uma lei que está longe de ser o “objeto de desejo” do produtor rural. Para os fatos ocorridos a partir do mês de julho de 2008 a lei é mais rígida que o Código Florestal anterior.

A FAESP sempre defendeu e defende o princípio de que em terra produtiva não! Até porque nossos antepassados foram os que descobriram a vocação da terra brasileira e implantaram a mais notável agricultura dos trópicos, antes mesmo do primeiro Código Florestal, de 1934, posterior aos ciclos da cana, café e gado.

Isso prevaleceu parcialmente, pois haverá recomposição de área, ressaltando que na extensa maioria das vezes, incidirá sobre áreas abertas forma lícita. Não é passivo ambiental; é avanço que os produtores irão contribuir em todo o gigante e notável território nacional, e que é muito grande. A Ministra do Meio Ambiente declarou que serão reconvertidos em vegetação nativa mais de 29 milhões de hectares, o que é quase o dobro do que o país reflorestou desde a década de 1950 até hoje. De matas ciliares serão quase 12 milhões de hectares.

Mas também haverá redução de PIB e de arrecadação, com a consequente baixa nos valores do Fundo de Participação dos Municípios e pela quota-parte do ICMS, principalmente para as cidades menores e com menor IDH perderão mais, fato constatado pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo - IEA. Reduzidas receitas nos pequenos, migração para os grandes centros, intensificando o problema social, principalmente de milhares de pequenos produtores e suas famílias com graves consequências.

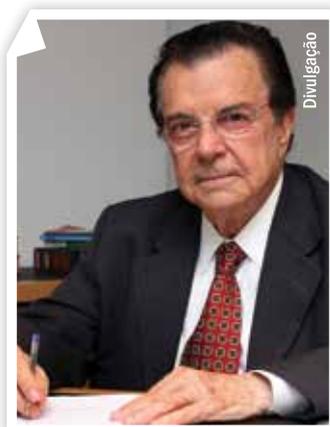
A Esalq/USP mostrou transferência de benefícios ao consumidor final, por redução de preço, no montante de 937 bilhões com a maior produção, nas áreas que hoje temos. O Dieese mostra uma curva de redução da cesta básica que acumulou 65% nos últimos 15 anos, ou seja, todo avanço permitiu ganho social, com as áreas que hoje temos. Agora, com as áreas que deixaremos de ter, o tomate mais uma vez poderá ser o “vilão” da inflação.

Para que isso não aconteça, a dose é importante, com a correta interpretação do Capítulo XIII do Novo Código Florestal, cuja lógica é a manutenção de todas as áreas produtivas abertas de forma lícita. E é por isso que se busca manter o máximo das áreas produtivas, após a recomposição de 29 milhões de hectares. Em terra produtiva, aberta de forma lícita, não é razoável.

A FAESP possui estruturas técnicas, de orientação e analíticas de alto nível, que têm atuação permanente em todo o sistema econômico e social nacional. Estes profissionais desenvolvem constantemente trabalhos de análise de matérias relevantes e de enorme significado para as atividades da agropecuária brasileira, em seus diferentes campos. Podemos citar dois, entre outros, o Professor Luís Carlos Silva de Moraes, Consultor especialista na matéria ambiental, e o Doutor Cláudio Brisolara, Chefe do nosso Departamento Econômico.

A FAESP sempre acompanhou e participou, ao longo dos anos, de todas as discussões relacionadas aos temas sobre o Meio Ambiente, inclusive com presença permanente em Brasília, quando de todo o trâmite das alterações do Novo Código Florestal. A última fase, no Estado de São Paulo já foi iniciada. Aqui, está sempre atenta e aberta a repartir com os demais agentes desse processo democrático, a delicada engenharia social implícita na produção rural paulista, bela como uma estrela, mas com reflexos para todos os lados.

*Fábio Meirelles é Presidente do Sistema FAESP-SENAR/SP



De olho em sua ART

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o número 58. Desta forma você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada à nossa entidade.



Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomico, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.

Novo site da AEASP

No intuito de modernizar sua comunicação com você, associado, e com os demais públicos, a AEASP construiu um novo site. O visual leve e as informações bem distribuídas na página facilitam o contato entre a entidade e os internautas. Além de se manter atualizado com notícias do agro, eventos e artigos, você ainda pode interagir com a entidade pelo Fale Conosco e também pela Área do Associado.

Também oferecemos a oportunidade de cadastro de currículo para estudantes de engenharia agrônoma, na página AEASP Nova Geração, o banco de dados ficará à disposição das empresas parceiras da associação.

Ajude a escolher!

AEASP Nova Geração é o nome do novo programa que a AEASP está preparando para chegar mais perto dos jovens engenheiros agrônomos. Por isso queremos sua ajuda para escolher a logomarca desse programa. Entre no site, em AEASP Nova Geração, no canto direito da tela aparece o link para a votação. Basta clicar no modelo que você preferir. Participe!

Atenção!

Na etiqueta do seu Jornal do Engenheiro Agrônomo você está recebendo seu login e senha para acesso a área do associado. Acesse, depois sugerimos que altere a senha.



XXVIII Congresso Brasileiro de Agronomia

80 ANOS DA AGRONOMIA



PÚBLICO-ALVO: 10000 PARTICIPANTES

TEMA CENTRAL:
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

✓ Faça sua Inscrição em nosso site:
www.congressodeagronomia.com

Curta a página no Facebook:
Congresso Brasileiro de Agronomia
e fique por dentro do evento.

